



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA BONITA DO SUL**

Ao Exmo. Sr.
GILSEMAR HONNEF,
Presidente da Câmara Municipal de
Lagoa Bonita do Sul –RS

INDICAÇÃO 166/2025

A vereadora que esta subscreve no uso de suas atribuições legais, solicita a Vossa Exma. que encaminhe ao Sr. Prefeito Municipal a seguinte indicação:

Para que o Executivo Municipal que avalie a conveniência e oportunidade de encaminhar a esta Casa Legislativa Projeto de Lei com a finalidade de regulamentar, no âmbito do Município de Lagoa Bonita do Sul, a aplicação da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção).

A referida regulamentação deverá dispor, entre outros pontos, sobre:

I – a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos à administração pública municipal;

II – a definição dos atos lesivos previstos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013;

III – a aplicação das sanções cabíveis, respeitado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa;

IV – a instauração e condução do processo administrativo por autoridade competente do Poder Executivo;

V – a possibilidade de reconhecimento de programas de integridade (compliance) como circunstância atenuante;

VI – a destinação dos recursos provenientes de eventuais multas para ações de transparência, controle social e integridade pública.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por objetivo estimular o Poder Executivo Municipal a regulamentar, em âmbito local, a Lei Federal nº 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, fortalecendo os mecanismos de prevenção, fiscalização e responsabilização de pessoas jurídicas que venham a praticar atos lesivos contra a administração pública municipal.

A regulamentação municipal da referida norma contribui significativamente para o aprimoramento da governança pública, da transparência administrativa e da integridade nas relações entre o poder público e o setor privado, especialmente em contratos, licitações, convênios e parcerias.

Destaca-se que a proposta não implica criação de cargos, órgãos ou aumento de despesas, podendo ser implementada com a estrutura administrativa já existente, respeitando os princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

Dessa forma, ao encaminhar Projeto de Lei sobre o tema, o Município de Lagoa Bonita do Sul estará alinhado às boas práticas de gestão pública e às diretrizes nacionais de combate à corrupção, reforçando a confiança da população nas instituições públicas.

Sala de Sessões Iedo Francisco da Silva, 30 de dezembro de 2025.

Atenciosamente,

JANAINA FREESE
Vereadora - PP